

*Handwritten signature*



# Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.

## Relatório e Contas 2021





Ol.  
NW  
NY  
P

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	22
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	27
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	55



pl. n  
2  
M  
H

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



4 6m.  
N.Y  
H



# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO





at.  
w  
m  
g  
h

## ATIVIDADE DA EMPRESA



A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge 15 milhões de euros, a preços correntes.

Ao abrigo do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foram aprovadas as candidaturas apresentadas pela Cartágua (POSEUR-03-2012-FC-000010 e POSEUR-03-2012-FC-000011) para a construção da ETAR de Pontével e da ETAR de Valada respetivamente, no último trimestre do ano 2016. Esta aprovação pressupõe um investimento em infraestruturas de cerca de 5,9 milhões de euros e uma comparticipação do Fundo de Coesão de aproximadamente 3,7 milhões de euros a partir do ano 2017. Estima-se que as obras terminem durante 2022.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

### Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas realizado durante o ano de 2021 foi de 95.060,35 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2021 o montante acumulado de 13.424.709,63 euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório (15.339.402,22 euros), apresenta uma percentagem de realização de cerca de 88%.





Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas realizado pela Cartágua no final de dezembro de 2021 é o que se apresenta no quadro seguinte:

		Ano de 2021	
Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	395 424,77
		Baixa	862 537,34
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	517 853,73
		Baixa	190 183,14
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74 329,00
		Baixa	-
	Vale da Pedra	Alta	365 927,00
		Baixa	-
		<b>Sub-total</b>	<b>2 406 254,98</b>
Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	527 163,00
		Baixa	436 949,77
	Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta	Baixa	1 979 373,34
	Vale da Pedra, Casal Lagartos	Baixa	38 000,00
	Valada, Porto Muge	Alta	85 889,00
		Baixa	265 837,23
	Eireira, Lapa	Baixa	8 609,84
	Outros		7 676 632,47
		<b>Sub-total</b>	<b>11 018 454,65</b>
		<b>Total</b>	<b>13 424 709,63</b>

### Rubricas do Plano de Investimento em Execução

#### *ETAR de Valada e respetivo sistema intercetor*

A construção da ETAR de Valada e dos sistemas intercetores foi alvo de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). O custo total elegível foi de 3.210.289,73 euros, correspondendo o apoio financeiro da União Europeia a 2.138.052,96 euros.

A obra teve início a 1 de fevereiro de 2017 e a data prevista de conclusão era a 30 de junho de 2019. Em janeiro de 2019, a Cartágua solicitou junto do POSEUR a reprogramação da obra, tendo em consideração que a construção da estação elevatória de Porto de Muge, e a respetiva conduta elevatória, aguardavam parecer da CCDRLVT, em virtude de a Cartágua se encontrar a obter a devida autorização do proprietário do terreno, para implantação da referida infraestrutura.

Em 16 de abril de 2019 a nova ETAR de Valada começou a receber água residual, contudo, só atingiu a sua capacidade máxima volúmica a 8 de maio de 2019, iniciando-se a fase de testes.



62  
u  
w  
h  
h

Em 2020, ainda não se procedeu à construção da estação elevatória de águas residuais de Porto de Muge, uma vez que o Município do Cartaxo não apresentou os elementos necessários para a Cartágua iniciar os pedidos de licenciamento, que a construção em causa carece. Assim, a Cartágua encontra-se atualmente a aguardar a aquisição de terreno por parte da Câmara Municipal do Cartaxo, para a implantação da estação elevatória.

No segundo semestre do ano 2021 a Câmara Municipal do Cartaxo disponibilizou o terreno definitivo para construção da EEAR de Porto Muge. O processo de construção encontra-se em fase de apreciação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Tendo em consideração o referido anteriormente, até ao final de dezembro de 2020 a percentagem de execução manteve-se nos 98,3%. Prevê-se a finalização da obra durante o ano 2022.

#### *ETAR de Ereira /Lapa e sistema interceptor*

A construção da ETAR de Ereira/Lapa e dos sistemas interceptores teve início a 18 de junho de 2017 e a data prevista de conclusão era a 30 de dezembro de 2019. O custo total projetado para esta obra é de 2.004.301,03 euros.

Durante o 2020, procedeu-se à construção de 721 metros de conduta elevatória e procedeu-se ainda à implantação de 7 estações elevatórias. A obra foi finalizada em 2021.

No decorrer do ano de 2021 foram enviados os documentos necessários à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) para que fosse concedida a licença de exploração da ETAR. No início do ano de 2022 foi concedida a licença de exploração provisória, estando a ser efetuadas as diligências necessárias para ser celebrado o contrato de energia com a EDP Comercial.

#### *Remodelação da rede de saneamento de Porto de Muge*

Em junho de 2020, iniciou-se a remodelação da rede de drenagem de águas residuais na localidade de Porto de Muge. No decorrer do ano de 2020, procedeu-se à construção de 1.551,20 metros de rede, 49 ramais domiciliários e realizou-se a pavimentação de 2.608,20 metros quadrados.

No final de dezembro de 2020, a remodelação de rede de drenagem de águas residuais apresentava uma percentagem de execução de 56,56%.





Handwritten notes in blue ink: "OK", "u", "w", "1/2", "H".

No primeiro semestre de 2021 concluiu-se a construção da remodelação da rede de saneamento na localidade de Porto Muge, com a realização de mais 31 ramais domiciliários. A conclusão desta infraestrutura só será efetivada aquando da construção da EEAR de Porto Muge.

*Remodelação da rede de abastecimento de Porto de Muge*

No segundo semestre de 2020, iniciou-se a remodelação da rede de abastecimento na localidade de Porto de Muge. No período em análise procedeu-se à construção de 2.108,7 metros de rede de abastecimento e 99 ramais domiciliários, tendo sido pavimentada uma área de 2.610 metros quadrados.

Os trabalhos realizados até dezembro de 2020 correspondem a uma percentagem de execução de 61,41%.

No ano de 2021 foram executados 22 ramais domiciliários, associados à remodelação da rede de abastecimento na localidade de Porto Muge. Esta infraestrutura encontra-se em fase de conclusão.

**CONTROLO DE PRAGAS**

O plano de controlo de pragas de todos os locais afetos ao sistema de distribuição de água para consumo humano e de recolha e tratamento de águas residuais mantém-se com uma periodicidade bimensal.

A Cartágua através deste processo elimina possíveis pragas, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.







u 64-  
n  
1/1/1  
H

## SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em janeiro de 2014, a Cartágua obteve a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e de Ambiente, passando assim a cumprir o disposto nas normas ISO 9001 e ISO 14001.

A promoção da segurança e saúde no trabalho e a prevenção no respetivo âmbito são consideradas um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.



A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida é feita com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições definidas.

Relativamente ao sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, em 2021 destacam-se as seguintes ações:

- Auditorias às instalações;
- Avaliação de riscos;
- Consulta aos trabalhadores, em matéria de COVID-19;
- Consulta aos trabalhadores em matéria de SHST e de Equipamentos e Máquinas;
- Avaliação da iluminância;
- Avaliação da Qualidade do ar interior;
- Avaliação do ruído ocupacional;
- Verificação de máquinas e equipamentos;
- Avaliação do Conforto Térmico.

A Cartágua detém desde 2015 a certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, sendo que em 2020 foi efetuada a transição para a norma ISO 45001.





Handwritten notes in blue ink, including the number '4' and some illegible signatures.

## ASPETOS TÉCNICOS

### Qualidade da Água Distribuída



#### *Qualidade de água para consumo humano*

De forma a monitorizar a qualidade da água distribuída, a Cartágua realizou as análises em conformidade com o descrito no Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), e elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

Todas as análises efetuadas, tal como a recolha das amostras, são realizadas por um laboratório externo acreditado para o efeito.

A Cartágua, além de realizar o controlo previsto no PCQA, realiza diariamente um controlo operacional à água destinada ao consumo humano, de forma a verificar os níveis de cloro (livre e total) em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar possíveis anomalias, com o objetivo de implementar com a maior brevidade possível medidas eficazes.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2021 foram analisados 762 parâmetros, tendo sido verificados unicamente 1 incumprimento.

No que se refere ao controlo da qualidade da água captada nos cinco furos de captação, este é efetuado de acordo com o estipulado nos títulos de recursos hídricos. No decorrer do ano de 2021 foram realizadas análises a 1.824 parâmetros, não tendo sido registado qualquer incumprimento.

#### *Qualidade das águas residuais*

A monitorização da qualidade das águas residuais tratadas nas ETAR da Cartágua é efetuada de acordo com o plano de controlo definido nas licenças de descarga emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Adicionalmente, é efetuado pela Cartágua um controlo mais abrangente, por forma a obter-se outra informação relevante que permita avaliar a eficiência do tratamento, nomeadamente a monitorização de mais parâmetros, bem como em diferentes órgãos ao longo do processo de tratamento das ETAR.





n 671-  
w  
N.Y  
H

Tal como indicado para a qualidade da água para consumo humano, também as análises efetuadas no controlo das águas residuais bem como a respetiva recolha das amostras são realizadas por um laboratório externo acreditado. A referida recolha é efetuada com recurso a um amostrador composto, por forma a obter-se uma mistura representativa do efluente no ponto de recolha pré-definido.

**Volumes de Água Comprada e Captada**

No decorrer do ano de 2021, a Cartágua abasteceu a população do Concelho do Cartaxo com água captada nos seus 5 furos, que estão devidamente licenciados, assim como, pela água comprada ao sistema em alta, através dos dois pontos de ligação existentes. O volume anual de água para consumo humano tem origem maioritariamente na água captada, correspondente a cerca de 91% do volume total, sendo o valor total de 1.857.728 metros cúbicos

**Volume Faturado**

No que respeita ao volume de água faturado do sistema de abastecimento de água, a Cartágua faturou durante o ano de 2021 um total de 1.295.685 metros cúbicos, em que 1.048.515 metros cúbicos são referentes a consumidores domésticos e 247.170 metros cúbicos dizem respeito a consumidores não-domésticos.



Por outro lado, em relação ao sistema de saneamento de águas residuais, em 2021 foram faturados cerca de 981.739 metros cúbicos divididos pelos diferentes tipos de utilizadores.

**Interrupções de Funcionamento Planeadas e não Planeadas**

No ano de 2021, o número de intervenções não programadas em condutas e ramais abastecimento fez um total de 695 intervenções.

No que respeita às interrupções na rede de abastecimento planeadas, foram efetuadas 49 interrupções com aviso prévio.





*u BM.  
w  
MCT  
JP*

**Volume de água residual recolhido e tratado**

Nas ETAR geridas pela Cartágua foi recolhido um volume de 1.102.832 metros cúbicos de águas residuais e tratado um volume de 1.001.675 metros cúbicos.

**Instalação de contadores**

A renovação do parque de contadores do concelho do Cartaxo evita a existência de erros na medição dos volumes de água distribuída, garantindo a cada cliente que lhe seja faturado o volume de água que efetivamente consome.

No que respeita ao ano de 2021 foram substituídos 824 contadores.

**Reabilitação da rede de água e de águas residuais**

No que se refere à construção da rede de distribuição de água, em 2021 a Cartágua procedeu à renovação de cerca de 394 metros de condutas.

**Instalação de ramais domiciliários de abastecimento e saneamento**

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2021, foram instalados 60 ramais de abastecimento de água, dos quais 42 foram novos e 18 foram substituídos, estes últimos devido ao avançado estado de deterioração.

Relativamente à instalação de ramais de saneamento, em 2021 a Cartágua construiu 37 ramais e substituiu 8 ramais de saneamento.

**Número de roturas e obstruções na rede de abastecimento**

A Cartágua com o intuito de aumentar o rendimento hidráulico da rede e de forma a minimizar o desperdício de água, tem como objetivo reparar o mais rapidamente possível eventuais roturas que possam surgir na rede ou nos ramais de abastecimento de água.

Tendo em conta que a rede de distribuição ainda contempla muitos quilómetros de condutas em fibrocimento, este ano ocorreram um total de 378 roturas em condutas de distribuição e adutoras, assim como em ramais domiciliários de abastecimento.

**Intervenções na rede de saneamento**

As obstruções na rede coletora constituem uma dificuldade para o correto e eficiente funcionamento da própria rede. Para um aumento na eficácia das redes de saneamento, a Cartágua tem como objetivo a





u  
w  
MAG  
P

manutenção constante da referida rede, por forma a que esta esteja a mais funcional e desobstruída possível.

Durante o ano 2021, realizaram-se 66 intervenções na rede de saneamento.

#### **Limpeza de rede de águas residuais e fossas séticas**

A manutenção da rede de saneamento do concelho do Cartaxo constitui um dos principais objetivos da Cartágua. Assim, está definido que a manutenção deverá ser efetuada com uma periodicidade mínima semestral.

As limpezas na rede de saneamento são efetuadas, principalmente, nas estações da Primavera e Outono evitando, desta forma, as obstruções na rede, ramais e descarregadores de tempestade, e protegendo o meio ambiente. Todas as limpezas são efetuadas com recurso a camiões combinados, que têm uma elevada capacidade de aspiração e de limpeza.

Em 2021, a Cartágua procedeu à limpeza de 9.511 metros de coletores de redes de águas residuais.

No decorrer do ano de 2021, a Cartágua procedeu à limpeza de 171 fossas séticas e recolheu 1.217,20 metros cúbicos de águas residuais.

#### **Construção de rede de águas residuais**

No que se refere à rede de drenagem de águas residuais, em 2021 a Cartágua construiu 260 metros de rede de drenagem de águas residuais, nomeadamente na Rua dos Emigrantes e na Rua da Pré-Escola, na freguesia de Vale da Pedra.

#### **Consumos energéticos e de reagentes**

A otimização de recursos é um dos eixos estratégicos da Cartágua, espelhando esse compromisso no controlo da eficiência energética das instalações.

Durante 2021 foram consumidos um total de 568.887 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e em todas as instalações de águas residuais.

A desinfecção da água destinada ao consumo humano encontra-se a ser realizada através da injeção de cloro gás em três pontos: Central das Pratas, Furos AC 3 e AC 4. Assim, no decorrer do ano de 2020 foram consumidos 869 Kg.





69-  
n  
mly  
H

## OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Cartágua assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* dos seus acionistas, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2021 de 22 pessoas, no exercício de 2020 foram 23 pessoas.





W  
6M-  
MCI  
P

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa privada com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Cartágua no ano de 2021, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.394 milhões de euros (3.299 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 95 mil euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 1,48% (de 3.250.727,99 euros em 2020 para 3.298.820,84 euros em 2021), e a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11 diminuiu a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 90% (de 971.922,66 euros em 2020 para 95.060,35 euros em 2021).

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2021 de 3.350.645,36 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4.156.691,50 euros, representa um decréscimo de 19,39%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 90.607,95 euros, representando 2,70% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 101.980,71 euros, representando então cerca de 2,45% do total dos gastos do exercício. A variação entre os dois exercícios, da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de -11,15%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção) registou 1.595.561,23 euros, representando cerca de 47,62% do total dos



67-  
u  
h  
M4  
P

gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.565.265,49 euros, representando então cerca de 37,66% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 1,94%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2021, contribuiu para 2,84% dos gastos totais, o equivalente a 95.060,35 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 411.853,78 euros, representando cerca de 12,29% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior, a mesma rubrica registava 409.227,72 euros, representando então cerca de 9,85% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 0,64%.

A Cartágua registou em 2021 perdas por imparidade no valor de 18.824,21 euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2021, o montante de 80.317,10 euros (2,40% do total dos gastos do período), tendo registado em 2020 o valor de 58.499,26 euros (1,41% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou um acréscimo de 37,30%.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou em 2021, o montante de 810.838,03 euros (24,20% do total dos gastos do período), tendo registado em 2020 o valor de 783.935,00 euros (18,86% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou um acréscimo de 3,43%.

O montante de juros de financiamentos suportados diminuiu, mas manteve-se similar face ao ano anterior. No exercício de 2021, esta rubrica apresentou um valor de 243.865,68 euros, tendo no exercício anterior, atingido o valor de 250.627,30 euros.

### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2021 de 3.539.242,41 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4.359.354,80 euros, representa um decréscimo de 18,81%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2021 cerca de 3.298.820,84 euros, que comparada com o exercício anterior revela um acréscimo de 1,48% face ao valor de 3.250.727,99 euros.







62-  
y  
n  
p  
p

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2021 com 95.060,35 euros, face ao valor de 971.922,66 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos registou no período em análise 141.475,19 euros. A mesma rubrica registava em 2020 o valor de 132.951,28 euros.

### Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 146.937,54 euros, encontra-se com um valor similar, face ao exercício anterior, no qual o mesmo apresentou um valor de 153.159,16 euros.

### Evolução dos Capitais Próprios

A rubrica de capitais próprios da Cartágua teve um incremento, devido ao resultado líquido positivo do corrente exercício.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela Pandemia de COVID-19, a Cartágua continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo Português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 1.243.300,76 euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 0,49% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de 4,59%, situando-se no final de 2021 em 432.462,73 euros.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

	Ano 2021	Ano 2020
Rentabilidade do ativo total	0,70%	0,71%
Rentabilidade dos capitais próprios	2,99%	3,12%
Rentabilidade das vendas	4,33%	3,63%
EBITDA	1 243 300,76 €	1 237 225,60 €
EBIT	432 462,73 €	453 290,60 €

### Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos dois últimos anos, reflete uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas: ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 21.442.109,03 euros em 2020 para 21.041.284,65 euros em 2021.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 4.901.170,06 euros em 2020 para 4.920.658,24 euros em 2021, conjuntamente com uma diminuição do valor do passivo, de 16.540.938,97 euros em 2020 para 16.120.626,41 euros em 2021.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro seguinte, verificou-se em 2021, em termos percentuais, que os mesmos se mantiveram constantes face ao ano de 2020:

	Ano 2021	Ano 2020
Capitais próprios	4 920 658,24 €	4 901 170,06 €
Passivo total	16 120 626,41 €	16 540 938,97 €
Passivo corrente	14 205 934,05 €	14 531 186,26 €
Ativo total	21 041 284,65 €	21 442 109,03 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	23,39%	22,86%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	30,52%	29,63%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	76,61%	77,14%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	88,12%	87,85%

### CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.





is ✓  
6x  
Naf  
H

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2021 e 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Cartágua é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2020, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de



Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

défi ce de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia. Apesar de ainda não se conseguir estimar o impacto que este conflito terá na economia global e consequentemente também em Portugal, já há alguns efeitos práticos, como seja o aumento do barril de petróleo, do gás e da eletricidade, que irá incrementar o preço final dos bens e serviços à população. A Empresa está atenta a este conflito, não sendo possível estimar com fiabilidade os possíveis impactos para o negócio. Contudo é convicção do Conselho de Administração que a Empresa apresenta solidez financeira e económica para ultrapassar esta Guerra.

## EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Cartágua prossegue o seu mandato para o triénio 2019-2021.

A Administração da Cartágua está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Cartágua encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

## DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.







## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Cartaxo, a 31 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos António Cordeiro da Conceição

Presidente

Luis Francisco de Lope Alonso

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

Nuno Filipe Saquete Gabriel

Vogal



6M.

W  
v  
R  
MAY  
H



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





## CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

Em euros

	NOTAS	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	374 772,24	218 627,40
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	17 883 639,30	18 632 654,08
Outros ativos financeiros	15	2 190,67	1 766,05
Ativos por impostos diferidos	3.4 ; 7	644 153,25	604 356,85
<b>subtotal</b>		<b>18 904 755,46</b>	<b>19 457 404,38</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	3.7 ; 9	478 840,22	487 923,24
Adiantamentos a fornecedores	3.7 ; 9	7 449,80	4 441,06
Estado e outros entes públicos	3.7 ; 8	190 197,15	110 514,27
Outros créditos a receber	3.7 ; 9	414 137,89	431 716,98
Diferimentos	10	6 933,71	6 575,61
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 4	1 038 970,42	943 533,49
<b>subtotal</b>		<b>2 136 529,19</b>	<b>1 984 704,65</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>21 041 284,65</b>	<b>21 442 109,03</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	3.6 ; 14	1 850 000,00	1 850 000,00
Reservas legais	3.6 ; 14	47 850,67	40 192,71
Outras reservas	3.6 ; 14	533 986,84	388 485,64
Outras variações no capital próprio	3.6 ; 14	2 341 883,19	2 469 332,55
Resultado líquido do período	3.6 ; 14	146 937,54	153 159,16
<b>Total do capital próprio</b>		<b>4 920 658,24</b>	<b>4 901 170,06</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	3.9 ; 6	1 914 692,36	2 009 752,71
<b>subtotal</b>		<b>1 914 692,36</b>	<b>2 009 752,71</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.7 ; 13	2 615 967,47	2 734 579,67
Adiantamentos de clientes	3.7 ; 13	12 161,53	39 939,04
Estado e outros entes públicos	3.7 ; 8	95 421,30	17 405,33
Financiamentos obtidos	3.7 ; 12	5 475 000,00	5 475 000,00
Outras dívidas a pagar	3.7 ; 13	6 007 383,75	6 264 262,22
<b>subtotal</b>		<b>14 205 934,05</b>	<b>14 531 186,26</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>16 120 626,41</b>	<b>16 540 938,97</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>21 041 284,65</b>	<b>21 442 109,03</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

*Maria José Simões*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*

*Carlos Alberto Cunha de Almeida*  
Cartágua 23







## CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	3 393 881,19	4 222 650,65
Subsídios à exploração	169,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(90 607,95)	(101 980,71)
Fornecimentos e serviços externos	(1 690 621,58)	(2 537 188,15)
Gastos com o pessoal	(411 853,78)	(409 227,72)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	(18 824,21)	(11 480,49)
Outros rendimentos	141 475,19	132 951,28
Outros gastos	(80 317,10)	(58 499,26)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1 243 300,76</b>	<b>1 237 225,60</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(810 838,03)	(783 935,00)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>432 462,73</b>	<b>453 290,60</b>
Juros e gastos similares suportados	(243 865,68)	(250 627,30)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>188 597,05</b>	<b>202 663,30</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(41 659,51)	(49 504,14)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>146 937,54</b>	<b>153 159,16</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

*Paula José Simões*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*

*Carlo Maria Loureiro*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

Em euros

RUBRICAS	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	3 256 395,24	3 210 591,57
Pagamentos a fornecedores	(1 648 837,63)	(1 602 852,34)
Pagamentos ao pessoal	(413 321,46)	(405 202,90)
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(86 547,65)	(117 609,21)
Outros recebimentos/pagamentos	(61 293,07)	(77 210,23)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>1 046 395,43</b>	<b>1 007 716,88</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(238 298,91)	(60 495,82)
Ativos intangíveis	(225 604,64)	(592 099,47)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(463 903,55)</b>	<b>(652 595,29)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(487 054,95)	(425 875,09)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(487 054,95)</b>	<b>(425 875,09)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>95 436,93</b>	<b>(70 753,50)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>943 533,49</b>	<b>624 948,30</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1 038 970,42</b>	<b>943 533,49</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

*Maria José Simões*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*

*Carlos Daniel Antunes de Amorim*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.****DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Em euros					Resultado líquido do período	Total
	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período	1 850 000,00	36 441,05	317 204,17	2 495 261,87	75 033,13	4 773 940,22	
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	3 751,66	71 281,47	-	(75 033,13)	-	
Subsídios - POSEUR	-	-	-	(25 929,32)	-	-	
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>	-	<b>3 751,66</b>	<b>71 281,47</b>	<b>(25 929,32)</b>	-	-	
Resultado líquido do período	-	-	-	-	153 159,16	153 159,16	
Resultado Integral	-	-	-	-	127 229,84	127 229,84	
<b>Posição no fim do período</b>	<b>1 850 000,00</b>	<b>40 192,71</b>	<b>388 485,64</b>	<b>2 469 332,55</b>	<b>153 159,16</b>	<b>4 901 170,06</b>	

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Em euros					Resultado líquido do período	Total
	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período	1 850 000,00	40 192,71	388 485,64	2 469 332,55	153 159,16	4 901 170,06	
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	7 657,96	145 501,20	-	(153 159,16)	-	
Subsídios - POSEUR	-	-	-	(127 449,36)	-	(127 449,36)	
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>	-	<b>7 657,96</b>	<b>145 501,20</b>	<b>(127 449,36)</b>	-	-	
Resultado líquido do período	-	-	-	-	146 937,54	146 937,54	
Resultado Integral	-	-	-	-	19 488,18	19 488,18	
<b>Posição no fim do período</b>	<b>1 850 000,00</b>	<b>47 850,67</b>	<b>533 986,84</b>	<b>2 341 883,19</b>	<b>146 937,54</b>	<b>4 920 658,24</b>	

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

Fábio José Simões



O Conselho de Administração

Cartágua 26



091-  
W  
u  
M  
P



### 3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





62-  
M  
✓  
MCM  
H

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de março de 2010, tendo como atividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, alterado pela Portaria 218/2015, de 23 de julho e alterado pela Portaria 2020/2015 de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.





GA-  
w  
u  
M  
H

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

### 3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

#### IFRIC 12

A Cartágua é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, pelo que a sua faturação depende integralmente dos consumos de água, que são por sua vez influenciados pelas condições meteorológicas, variação do





GR-  
✓  
✓  
MAY  
J

número de consumidores/população, legislação e imposições do organismo regulador do setor de atividade, entre outros fatores.

A 12 de março de 2013 foi efetuada uma revisão ao contrato de concessão, tendo ficado acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

A referida revisão contratual, alterou a cláusula 74.ª do contrato de concessão (Retribuição da concessão), tendo ficado previsto, o pagamento de uma retribuição anual à Concedente de valor definido até ao sexto ano de concessão, passando a partir do sétimo ano, a ser variável e calculada com base numa percentagem do montante faturado e cobrado, relativamente às tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, que originou um ajustamento ao cálculo do ativo intangível e ao passivo financeiro associados ao contrato de concessão.

Desta forma, os registos contabilísticos tiveram por base os cálculos das retribuições fixas (durante os seis primeiros anos), considerando-se a partir do sétimo ano o valor como variável e totalmente dependente do rédito que a empresa vier a registar nesse momento.

Considerando que a base de cálculo dessa retribuição é a própria atividade operacional da empresa, considera-se custo operacional no ano em que se incorrer no mesmo. Consideramos ainda que a imprevisibilidade do setor de atividade ao qual está exposta a Cartágua gera incertezas significativas relativamente ao rédito que se venha a reconhecer a partir do sétimo ano, e até ao final do contrato de concessão, não sendo possível desta forma calcular fiavelmente a retribuição a pagar à Concedente no período em causa.

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.



622-  
 M  
 M  
 H

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 13,839 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, que se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos





Handwritten notes in blue ink: "d", "u", "M", "H", and "GA-".

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respetivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

### 3.4. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para



671-  
m  
n  
P  
M  
A

utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado Líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

### 3.5. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital da entidade totalmente subscrito e realizado, era representado por 370.000 ações, com o valor nominal de 5,00 euros.

#### Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

#### Outras variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui os valores ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) ajustado com a taxa de imposto do exercício mais a derrama.

#### Resultado líquido do período







Handwritten notes in blue ink, including the letters 'w', 'u', 'on-', 'H', and 'H'.

### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

### Outras dívidas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de gastos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

### Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

## 3.7. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.



GA-  
W  
u  
Y  
M  
Y  
P

### 3.8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas em que se mantenha a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

### 3.9. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.



GR.  
M. G.  
P.

### 3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

### 3.11. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

### 3.12. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;





67-  
m  
Naly  
H

- Acréscimos de rendimentos e gastos.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era:

	Ano 2021	Ano 2020
Caixa	1 500,00 €	1 500,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	336 932,46 €	230 012,58 €
Caixa Geral de Depósitos	700 537,96 €	712 020,91 €
<b>Total</b>	<b>1 038 970,42 €</b>	<b>943 533,49 €</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.



672  
ml  
D  
K  
P

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	311 149,50	121 507,30	-	-	432 656,80
Equipamento de transporte	9 197,61	96 460,79	-	-	105 658,40
Equipamento administrativo	26 523,67	-	-	-	26 523,67
<b>Total</b>	<b>346 870,78</b>	<b>217 968,09</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564 838,87</b>
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	93 488,10	45 859,92	-	-	139 348,02
Equipamento de transporte	9 197,61	15 319,33	-	-	24 516,94
Equipamento administrativo	25 557,67	644,00	-	-	26 201,67
<b>Total</b>	<b>128 243,38</b>	<b>61 823,25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190 066,63</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>218 627,40</b>				<b>374 772,24</b>
ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	238 824,38	72 325,12	-	-	311 149,50
Equipamento de transporte	14 471,04	-	(5 273,43)	-	9 197,61
Equipamento administrativo	27 106,67	-	(583,00)	-	26 523,67
<b>Total</b>	<b>280 402,09</b>	<b>72 325,12</b>	<b>(5 856,43)</b>	<b>-</b>	<b>346 870,78</b>
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	59 669,89	33 818,21	-	-	93 488,10
Equipamento de transporte	14 471,04	-	(5 273,43)	-	9 197,61
Equipamento administrativo	25 038,67	1 102,00	(583,00)	-	25 557,67
<b>Total</b>	<b>99 179,60</b>	<b>34 920,21</b>	<b>(5 856,43)</b>	<b>-</b>	<b>128 243,38</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>181 222,49</b>				<b>218 627,40</b>





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis em Fime	25 516 733,35 €	-	-	-	25 516 733,35 €
<b>Total</b>	<b>25 516 733,35 €</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25 516 733,35 €</b>

  

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis em Fime	6 884 079,27 €	749 014,78 €	-	-	7 633 094,05 €
<b>Total</b>	<b>6 884 079,27 €</b>	<b>749 014,78 €</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 633 094,05 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>18 632 654,08 €</b>				<b>17 883 639,30 €</b>

  

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Fime	25 516 844,35 €	-	-111,00 €	-	25 516 733,35 €
<b>Total</b>	<b>25 516 844,35 €</b>	<b>-</b>	<b>(111,00) €</b>	<b>-</b>	<b>25 516 733,35 €</b>

  

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Fime	6 135 175,48 €	749 014,79 €	-111,00 €	-	6 884 079,27 €
<b>Total</b>	<b>6 135 175,48 €</b>	<b>749 014,79 €</b>	<b>-111,00 €</b>	<b>-</b>	<b>6 884 079,27 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>19 381 668,87 €</b>				<b>18 632 654,08 €</b>

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se encontra por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	Ano 2021	Ano 2020
Saldo inicial	2 009 752,71 €	2 981 675,37
Aumentos	-	-
Diminuições (Nota 18)	(95 060,35) €	(971 922,66)
<b>Total</b>	<b>1 914 692,36 €</b>	<b>2 009 752,71 €</b>



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2021		Ano 2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	604 356,85 €	-	549 121,81 €	-
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 24)	39 796,40 €	-	55 235,04 €	-
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>39 796,40 €</b>	<b>-</b>	<b>55 235,04 €</b>	<b>-</b>
Saldo final	644 153,25 €	-	604 356,85 €	-

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Ativo</b>		
Pagamento por conta	90 744,00 €	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	99 450,35 €	110 514,27 €
Outros impostos	2,80 €	-
<b>Total</b>	<b>190 197,15 €</b>	<b>110 514,27 €</b>
	<b>Ano 2021</b>	<b>Ano 2020</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	81 455,91 €	4 608,18 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	6 661,09 €	4 765,92 €
Contribuições para a Segurança Social e CGA	7 254,76 €	7 941,60 €
Outros impostos	49,54 €	89,63 €
<b>Total</b>	<b>95 421,30 €</b>	<b>17 405,33 €</b>



62.  
 w  
 n  
 H  
 H

## 9. CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica “Clientes” refletem os valores em dívida dos consumidores finais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Ano 2021	Ano 2020
Clientes		
Clientes C/C	478 840,22 €	487 923,24 €
Clientes Cobrança Duvidosa	40 607,21 €	21 783,00 €
Perdas por imparidade acumuladas	(40 607,21) €	(21 783,00) €
<b>Total</b>	<b>478 840,22 €</b>	<b>487 923,24 €</b>

### Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Saldo inicial	(21 783,00) €	(10 302,51) €
Reforço	(22 541,24) €	(15 233,36) €
Reversão	3 717,03 €	3 752,87 €
<b>Saldo final</b>	<b>(40 607,21)</b>	<b>(21 783,00)</b>
<b>Variacao Ano</b>	<b>(18 824,21)</b>	<b>(11 480,49)</b>

### Adiantamentos a fornecedores

A rubrica “Adiantamentos a fornecedores” reflete o valor adiantado aos seguintes fornecedores a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Ano 2021	Ano 2020
Adiantamentos a fornecedores		
Bondalti Chemicals, S.A.	3 594,10 €	1 263,80 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3 502,15 €	2 921,21 €
Tagusgas Empresa Gás Vale do Tejo	150,39 €	-
Via Verde Portugal, SA	98,70 €	137,85 €
Segurança 24, Lda.	97,42 €	-
Banco Santander Totta, S.A.	6,76 €	-
Intrum Portugal, Unipessoal, Lda.	0,28 €	-
MEO-Serv.Com.Mult. S.A.	-	81,30 €
SIBS - Forward Payment Solutions, S	-	36,90 €
<b>Total</b>	<b>7 449,80 €</b>	<b>4 441,06 €</b>



*Handwritten notes in blue ink:*  
 GH-  
 P  
 M  
 H

**Outros Créditos a receber**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Outros créditos a receber		
Adiantamentos a terceiros	75,17 €	0,00 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	90 412,49 €	89 736,75 €
Devedores e credores diversos		
Cauções	14 481,55 €	32 811,55 €
Subsídios POSEUR	309 168,68 €	309 168,68 €
<b>Total</b>	<b>414 137,89 €</b>	<b>431 716,98 €</b>

- (1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

A rubrica POSEUR em 2021 e 2020, inclui os montantes que faltam receber por parte do fundo comunitário, ajustado do imposto (taxa de imposto em vigor, acrescida da derrama).

Para 2021 apenas o montante que falta receber e que se encontra refletido nesta rubrica, é o montante ajustado com a taxa de imposto em vigor, à qual acresce a derrama apresentada na rubrica de “Outras dívidas a pagar” (Nota 13).

**10. DIFERIMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	6 933,71 €	6 575,61 €
<b>Total</b>	<b>6 933,71 €</b>	<b>6 575,61 €</b>





6A.  
sw  
M  
M  
M  
M

## 11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 60% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Grupo Nov através da participação de 40% da empresa BioSmart – Soluções Ambientais, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos Grupos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2021			Ano 2020		
	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	1 561 383,84 €	-	-	1 630 099,62 €	-	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	969 783,57 €	2 202 000,00 €	380 347,99 €	988 358,19 €	2 202 000,00 €	454 387,42 €
HDC - Hidro-Investimentos do Centro	-	-	2 802 826,40 €	-	-	2 933 370,69 €
Hidrotec, Tecnologia del Agua, S.L.U.	1 638,35 €	-	-	0,00 €	-	-
FCC Aqualia S.A.	1 431,62 €	3 273 000,00 €	753 791,08 €	1 433,11 €	3 273 000,00 €	922 940,90 €
<b>Total</b>	<b>2 534 237,38 €</b>	<b>5 475 000,00 €</b>	<b>3 936 965,45 €</b>	<b>2 619 890,92 €</b>	<b>5 475 000,00 €</b>	<b>4 310 699,01 €</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2021			Ano 2020		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Gastos com Pessoal (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 23)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Outros gastos (Nota 21)	Juros e gastos similares suportados (Nota 23)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	334 102,13 €	1 000,00 €	-	350 942,60 €	425,00 €	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	186 459,31 €	-	98 080,78 €	177 864,21 €	-	100 800,25 €
HDC - Hidro-Investimentos do Centro	95 060,35 €	-	-	971 922,66 €	-	-
Hidrotec, Tecnologia del Agua, S.L.U.	18 784,68 €	-	-	-	-	-
FCC Aqualia S.A.	1 431,62 €	-	145 784,90 €	1 433,11 €	-	149 827,05 €
<b>Total</b>	<b>635 838,09 €</b>	<b>1 000,00 €</b>	<b>243 865,68 €</b>	<b>1 502 162,58 €</b>	<b>425,00 €</b>	<b>250 627,30 €</b>

## 12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
Passivo corrente		
Financiamentos Concedidos Grupo		
FCC Aqualia, S.A.	3 273 000,00 €	3 273 000,00 €
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	2 202 000,00 €	2 202 000,00 €
<b>Total</b>	<b>5 475 000,00 €</b>	<b>5 475 000,00 €</b>



*62.*  
*w*  
*As*  
*M*  
*M*  
*H*

Os valores constantes da rubrica são referentes a um empréstimo corrente das dos acionistas, com vencimento anual a 31 de dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 5% acrescida da Euribor a 3 meses.

### 13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Fornecedores e outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores C/C	81 730,09 €	114 688,75 €
Partes relacionadas (Nota 11)	2 534 237,38 €	2 619 890,92 €
<b>Total</b>	<b>2 615 967,47 €</b>	<b>2 734 579,67 €</b>

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Passivo corrente</b>		
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Pessoal	23,27 €	23,77 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	2 807 073,10 €	2 957 948,21 €
Férias e subsídios de férias	56 173,06 €	54 724,67 €
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Investimentos reversíveis - Canon a pagar	690 000,00 €	690 000,00 €
Juros a pagar - FCC Aqualia (nota 11)	753 791,06 €	922 940,90 €
Juros a pagar - Biosmart (nota 11)	380 347,99 €	454 387,42 €
Devedores e credores diversos	603 072,29 €	467 334,27 €
Subsídio POSEUR (nota 9)	716 902,98 €	716 902,98 €
<b>Total</b>	<b>6 007 383,75 €</b>	<b>6 264 262,22 €</b>

#### Adiantamentos de clientes

A rubrica “Adiantamentos de clientes” reflete o valor adiantado pelos clientes a 31 de dezembro de 2021:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Adiantamento de Clientes</b>		
Adiantamentos de Clientes Gerais	12 161,53 €	39 939,04 €
<b>Total</b>	<b>12 161,53 €</b>	<b>39 939,04 €</b>



OL.  
 M  
 P  
 K  
 H

## 14. CAPITAL PRÓPRIO

### Capital

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 1.850 mil Euros e era composto por 370.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 4 de maio de 2021, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 153.159,16 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 7.657,96 Euros e o remanescente no valor de 145.501,20 Euros para a rubrica de outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 13 de maio de 2020, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 75.033,13 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 3.751,66 Euros e o remanescente no valor de 71.281,47 Euros para a rubrica de outras reservas.

## 15. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Investimentos Financeiros" é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Investimentos Financeiros		
Fundo de Compensação do Trabalho	2 190,67 €	1 766,05 €
<b>Total</b>	<b>2 190,67 €</b>	<b>1 766,05 €</b>

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.



GM-  
 AS  
 M  
 M

## 16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Vendas	3 216 070,34 €	3 167 392,09 €
Serviços Prestados	82 750,50 €	83 335,90 €
Subcontratos (2) - (Nota 18)	95 060,35 €	971 922,66 €
<b>Total</b>	<b>3 393 881,19 €</b>	<b>4 222 650,65 €</b>

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, associado ao plano de investimentos.

## 17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Matérias-primas		
Existências iniciais	-	10 415,27 €
Compras	90 607,95 €	91 565,44 €
Existências finais	-	-
<b>Total</b>	<b>90 607,95 €</b>	<b>101 980,71 €</b>



64.  
P  
w  
h  
h  
h

## 18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Subcontratos (1)	95 060,35 €	971 922,66 €
Serviços especializados	1 012 843,43 €	985 403,88 €
Materiais	100 046,92 €	112 252,03 €
Energia e fluidos	277 884,28 €	265 117,51 €
Deslocações, estadas e transportes	6 039,50 €	4 892,99 €
Serviços diversos	198 747,10 €	197 599,08 €
<b>Total</b>	<b>1 690 621,58 €</b>	<b>2 537 188,15 €</b>

(1) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, associado ao plano de investimentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 625.838 euros e 1.502.162,58 euros, respetivamente (Nota 11).

## 19. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Remunerações	322 958,25 €	302 945,68 €
Encargos sociais	71 343,35 €	76 966,79 €
Indemnizações	-	127,00 €
Seguros de acidentes de trabalho	5 183,08 €	4 188,09 €
Outros gastos com o pessoal	12 369,10 €	25 000,16 €
<b>Total</b>	<b>411 853,78 €</b>	<b>409 227,72 €</b>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos exercícios findo em 2021 e 2020, de 22 pessoas e 23 pessoas, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 1.000 Euros (Nota 11).



6M.  
R  
w  
M  
M  
M  
M

## 20. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Imputação de Subsídios - POSEUR	127 449,36 €	127 449,36 €
Outros rendimentos	14 025,83 €	5 501,92 €
<b>Total</b>	<b>141 475,19 €</b>	<b>132 951,28 €</b>

A rubrica POSEUR inclui os montantes reconhecidos como rendimento em 2021 e 2020, numa base sistemática, na demonstração financeira para balancear com os gastos relacionados (amortizações).

## 21. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
Impostos e taxas	74 971,81 €	53 923,42 €
Juros de Mora	-	33,21 €
Dívidas incobráveis	3 717,03 €	3 752,87 €
Outros gastos	1 628,26 €	789,76 €
<b>Total</b>	<b>80 317,10 €</b>	<b>58 499,26 €</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram e 2.215,71 Euros, (Nota 11).



6M-  
w  
A  
n  
Mg  
P

## 22. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Equipamento básico	45 859,92 €	33 818,21 €
Equipamento de transporte	15 319,33 €	-
Equipamento administrativo	644,00 €	1 102,00 €
<b>Ativos intangíveis</b>		
Outros ativos intangíveis (Canon)	278 146,49 €	278 146,49 €
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	470 868,29 €	470 868,30 €
<b>Total</b>	<b>810 838,03 €</b>	<b>783 935,00 €</b>

## 23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Juros suportados</b>		
Juros de financiamentos obtidos (nota 11)	243 865,68 €	250 627,30 €
<b>Total</b>	<b>243 865,68 €</b>	<b>250 627,30 €</b>

## 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Cartaxo, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2021, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.



GM-  
 [Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se apresenta de seguida:

	Ano 2021	Ano 2020
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	107 141,14 €	97 924,12 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	470 868,30 €	470 868,30 €
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	81 455,91 €	104 739,18 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	-	33,21 €
Correcções relativas a períodos anteriores	(8 804,53) €	-
Outros custos a acrescentar	16 905,93 €	11 425,02 €
Créditos incobráveis	3 717,03 €	3 752,87 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(310 901,34) €	(225 379,23) €
Reversão imparidade	(3 717,03) €	(3 752,87) €
<b>Lucro tributável</b>	<b>356 665,41 €</b>	<b>459 610,60 €</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
<b>Matéria coletável</b>	<b>356 665,41 €</b>	<b>459 610,60 €</b>
Coleta	73 899,74 €	95 918,23 €
Pagamento por conta	90 744,00 €	100 131,00 €
<b>IRC a pagar/recuperar</b>	<b>(16 844,26) €</b>	<b>(4 212,77) €</b>
Derrama	5 349,98 €	6 894,16 €
Tributações autónomas	2 206,19 €	1 926,79 €
<b>Total a pagar/recuperar</b>	<b>(9 288,09) €</b>	<b>4 608,18 €</b>
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>81 455,91 €</b>	<b>104 739,18 €</b>
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(39 796,40) €	(55 235,04) €
<b>Imposto do exercício</b>	<b>41 659,51 €</b>	<b>49 504,14 €</b>



691.

Handwritten notes in blue ink, including the letters 'AW' and 'MUT' with arrows pointing downwards.

## 25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

### Ativos contingentes

Na data de 31 de dezembro de 2021, não existiam na Cartágua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

### Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2021	Ano 2020
FCC Aqualia, S.A.	180 000,00 €	180 000,00 €
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	120 000,00 €	120 000,00 €
<b>Total</b>	<b>300 000,00 €</b>	<b>300 000,00 €</b>

## 26. LOCAÇÕES

### Locações operacionais

A Empresa celebrou contratos de locações de viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial entre 36 e 60 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2021 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2021 e 2020, são conforme segue:

<i>Renting</i> viaturas	Ano 2021	Ano 2020
2021	-	20 979,53 €
2022	17 393,84 €	5 546,90 €
<b>TOTAL</b>	<b>17 393,84 €</b>	<b>26 526,43 €</b>

Gasto ano	2021	2020
<i>Renting</i> viaturas	37 831,34 €	43 835,16 €
<b>TOTAL</b>	<b>37 831,34 €</b>	<b>43 835,16 €</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'D', 'N', 'H', and 'G'.

## 27. CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2021 e 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Cartágua é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2020, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.

- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

## 28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia. Apesar de ainda não se conseguir estimar o impacto que este conflito terá na economia global e consequentemente também em Portugal, já há alguns efeitos práticos, como seja o aumento do barril de petróleo, do gás e da eletricidade, que irá incrementar o preço final dos bens e serviços à população. A Empresa está atenta a este conflito, não sendo possível estimar com fiabilidade os possíveis impactos para o negócio. Contudo é convicção do Conselho de Administração que a Empresa apresenta solidez financeira e económica para ultrapassar esta Guerra.

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Paula José Simões*

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signature]*

*Carlos Manuel Costa de Sousa*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



67-

u  
w

*[Handwritten signature]*



## 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CARTÁGUA – ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 21.041.285 euros e um total de capital próprio de 4.920.658 euros, incluindo um resultado líquido de 146.938 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CARTÁGUA – ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de abril de 2022

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por

  
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056,  
Registado na CMVM sob o n.º 20160668



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MARIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, tal como foram apresentados pela Administração;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 26 de abril de 2021

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por  
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056,  
Registado na CMVM sob o n.º 20160668